

# COP30: o imperativo da transição justa com trabalho decente



» VINÍCIUS PINHEIRO  
Diretor do Escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para o Brasil

**N**o balanço geral da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP30), realizada em Belém, uma entidade merece um destaque especial: a criação de um mecanismo de transição justa para apoiar os países na proteção dos trabalhadores e das comunidades à medida que transitam para energias limpas.

Esse avanço é uma demonstração concreta de que a crise climática transcendeu a esfera estritamente ambiental, consolidando-se como um desafio estrutural que afeta o futuro do trabalho em escala global. O aumento das temperaturas globais impõe uma ameaça direta ao bem-estar dos trabalhadores e à produtividade.

Segundo estimativas da Organização Internacional do Trabalho (OIT), cerca de 70% da força de trabalho no mundo pode ser afetada pelo estresse térmico derivado das mudanças climáticas. As consequências são graves e multidimensionais, abrangendo o aumento de doenças cardíacas, de pele, renais, respiratórias e a deterioração da saúde mental, além da expansão de vetores

de doenças transmissíveis. A dimensão econômica dessa vulnerabilidade também é alarmante. O custo em horas de trabalho perdidas pode chegar a US\$ 2,4 trilhões em 2030, ou cerca de 1% do PIB mundial.

Dante desse cenário, o imperativo de uma transição justa para um modelo de desenvolvimento sustentável emerge como a única via equitativa e eficaz. É crucial ressaltar que essa transição não é apenas uma necessidade de mitigação; é uma fonte substancial de oportunidades.

O setor de energias renováveis tem se mostrado como um dos mais dinâmicos do mundo, batendo recordes de geração de emprego a cada ano. Os últimos dados do relatório da Agência Internacional de Energia Renovável (Irena) e da OIT mostram que, em 2023, o número de empregos no setor de energias renováveis chegou ao nível recorde de 16,2 milhões, um salto de 18% na comparação ao ano anterior, liderado por economias como China, União Europeia e Brasil.

Celebrado com entusiasmo em Belém na plenária de encerramento da COP 30, o texto dedicado à transição justa coloca formalmente o tema do trabalho no centro da governança climática global, ao decidir pela criação de um mecanismo, a ser entregue na próxima COP31, que deverá considerar, em particular, quatro pontos fundamentais.

Primeiro, a promoção do diálogo social, dos direitos trabalhistas e do trabalho decente como elementos fundacionais da transição. Segundo, o reforço dos direitos humanos e a necessidade de inclusão e participação plena de grupos vulneráveis

afetados, incluindo mulheres, povos indígenas, pessoas com deficiência, migrantes e trabalhadores na economia informal.

Terceiro, a importância da adequação dos sistemas educacionais e de formação profissional para responder às necessidades de transição no mercado de trabalho e necessidade de engajamento do setor privado, em especial das micro e pequenas empresas. E, finalmente, a promoção da extensão de sistemas de proteção social e a formalização do emprego, além do reconhecimento da importância da economia de cuidados.

O texto ressaltou, ainda, o papel essencial das Diretrizes da OIT para uma Transição Justa e o Acelerador Global das Nações Unidas para Empregos e Proteção Social, sinalizando um alinhamento inédito entre a agenda climática e a agenda social.

A participação ativa de atores do mundo do trabalho — ministérios do trabalho, organizações de empregadores e de trabalhadores — na COP30 reforçou a compreensão de que a estabilidade do clima é inseparável da estabilidade e da dignidade laboral.

A "transição justa" não é uma opção, mas uma exigência ética e econômica para garantir que a crise climática não se converta em uma crise social e de emprego. O desafio reside agora na implementação eficaz e financiada desses compromissos, assegurando que o desenvolvimento sustentável seja, de fato, um motor para a criação de emprego decente e para a realização da justiça social.

maurenilton freire



# Para onde vão as emendas federais destinadas ao DF?



» FREDERICO BERTHOLINI  
» JOÃO GABRIEL LEAL  
» LUCIO RENNÓ  
Integrantes do Observatório de Políticas Públicas do DF (ObservaDF)

**N**os últimos nove anos, cerca de R\$ 2,27 bilhões foram injetados no Distrito Federal por meio de emendas parlamentares federais. As emendas são instrumentos que permitem aos parlamentares direcionar recursos do orçamento federal para a esfera local. Idealmente, complementam o atendimento a demandas que a burocracia federal não supre. Contudo, historicamente, são vistas com desconfiança pública, por serem associadas a clientelismo e a mecanismos de troca política.

O relatório deste mês do Observatório de Políticas Públicas do DF (ObservaDF) mergulhou em dados da Controladoria-Geral da União (CGU) para mapear como são gastos esses recursos no DF. Os valores dizem respeito, essencialmente, às emendas individuais e de bancada, que têm maior transparência na destinação.

É importante destacar que mudanças institucionais recentes, como a execução obrigatória de parte das emendas, alteraram profundamente essa dinâmica. Além disso, o volume de recursos sob gestão direta do Legislativo aumentou exponencialmente. O Congresso Nacional ganhou um protagonismo inédito. Aqui no DF, o volume pago cresceu 81% no período, passando de R\$ 188 milhões em 2016 para R\$ 340 milhões em 2024.

Os dados revelam padrões interessantes, especialmente em sua distribuição setorial. É aqui que as prioridades se tornam mais visíveis, revelando quais políticas públicas estão no topo da agenda dos parlamentares. No caso do DF, a principal beneficiária desses recursos é, de longe, a saúde. O setor recebeu 48% de todo o valor pago no período, uma média de R\$ 121 milhões por ano. Se olharmos apenas as emendas individuais, essa concentração é ainda maior, atingindo 59% dos recursos, o que nos coloca na nona posição nacional em destinação proporcional à saúde. Parlamentares de estados como Rio de Janeiro (64%) e São Paulo (62%) alocam percentuais ainda maiores.

Dois fatores principais explicam essa concentração. Primeiro, a própria legislação, que obriga a destinação de metade das emendas à saúde. Segundo, e talvez mais relevante, a "malha" da saúde (via programas como Fortalecimento do SUS e Atenção Especializada) parece mais estruturada para receber e executar esses valores.

Embora a saúde domine a alocação de recursos, outros setores podem ser destacados. A educação figura como a segunda principal área beneficiada, concentrando 13% do valor total pago (média anual de R\$ 33 milhões). A segurança pública é o terceiro setor mais relevante, absorvendo 9% dos recursos (média anual de R\$ 23 milhões). Emendas destinadas à esportes e lazer (5%) e cultura (5%) completam essa lista.

O padrão diverge do perfil observado nas emendas do orçamento distrital, que foram objeto do nosso relatório de abril deste ano. Demonstramos ali que os deputados distritais priorizam educação e urbanismo. Isso sugere uma "divisão de trabalho" não coordenada: a bancada federal no Congresso parece focar em políticas de alta complexidade e custo elevado, enquanto os distritais, na Câmara Legislativa (CLDF), focam em reformas em escolas e obras de infraestrutura urbana, que geram um retorno político mais direto e visível para o eleitorado.

As destinações funcionam também como um espelho das visões de mundo dos diferentes espectros políticos. Parlamentares de direita concentram fortemente seus recursos na saúde, destinando 65% para essa área, enquanto a cultura recebe menos de 5%. Já os parlamentares de esquerda, embora mantenham a saúde como prioridade (com 43%), promovem mais diversificação dos gastos. A cultura emerge como a segunda grande prioridade desse grupo (23%), seguida por direitos da cidadania (12%).

No fim, as emendas parlamentares refletem as disputas políticas que definem o acesso do cidadão a serviços públicos essenciais, via orçamento. Acompanhar como nossos representantes estão decidindo o destino desses recursos é fundamental para entender e participar ativamente da construção do futuro do DF.

O desenho institucional democrático concebeu o legislador, primariamente, para fiscalizar e legislar, abrindo um pequeno espaço de ajuste para destinação de recursos locais. No entanto, o advento da impositividade, somado a robustos aumentos dos montantes em emendas, tem transformado esses legisladores, na prática, em provedores substantivos de custeio para políticas públicas. Como instituições e sociedade irão lidar com esse novo papel?

## O chanceler alemão e seus problemas



» JOSÉ HORTA MANZANO  
Empresário

**D**uas semanas atrás, Herr Friedrich Merz, chanceler da Alemanha, fez uma declaração de desdouro ao Brasil, em especial à cidade de Belém, que o tinha recebido dias antes. Discursando perante uma seleta plateia na Associação Alemã do Comércio, foi direto ao ponto: contou que se sentiu feliz de poder deixar "aquele lugar" e voltar a seu país após a visita de um dia que fez à COP30. De suas palavras, exalou profundo desprezo.

O mundo estranhou a declaração. No Brasil, então, ela causou forte rejeição ao personagem. Arguiu-se que era de mau gosto tratar assim o país que o havia acolhido. Ficou, principalmente, a desagradável sensação de um visitante arrogante, que houvesse explodido devido ao acúmulo de pressões profissionais ou pessoais. Talvez, o calor equatorial tenha sido demasiado para seu fusível, que acabou queimando.

Que ninguém tome este escrito por tentativa de desculpar o chanceler alemão. Não é esse meu propósito. É que, quando o chefe do governo de um país importante age como esse senhor agiu, fico curioso para descobrir o que lhe pode ter passado pela cabeça naquele momento. Exetuando raros líderes como o atual presidente dos EUA, não é comum ouvir essa gente falando abobrinha.

Quando pisou o solo brasileiro em Belém, o senhor Merz estava a dois dias de seu aniversário de 70 anos. Talvez, o aproximar da cifra arredondada lhe tenha perturbado a ideia. Nem todos enfrentamos de bom humor a entrada em nova década de vida. Exetuando essa desculpa anedótica, os caminhos atuais da política de seu país devem estar-lhe dando calafrios.

Para os mais jovens, a queda do Muro de Berlim faz parte da história. Já para os mais antigos, foi acontecimento espantoso, acompanhado no dia e na hora. Este escriba teve o privilégio de assistir pela televisão ao vivo.

Naquela noite de 9 para 10 de novembro de 1989, os principais canais da Europa suspendiam a programação para transmitir as inacreditáveis imagens que chegavam de Berlim, o povo aglomerado ao pé do Muro, centenas de jovens inebriados diante do inesperado momento de liberdade, os carrinhos Trabant estalando e petardeando ao transpor a passagem entre a Berlim-Este e Berlim-Oeste, gente a pé, gente de bicicleta, todos de sorriso deslumbrado, recebidos por uma turma também sorridente e solícita apesar da noite fria de novembro. Foram imagens que ficaram na retina para nunca serem esquecidas.

Menos de um ano depois, estavam reunificadas as duas Alemanhas, que eram relíquias da divisão do país decidida na Conferência de Potsdam, em 1945. Assim, em princípio, a Alemanha Oriental (comunista) e a Ocidental (capitalista) passaram a formar um único país. No entanto, passados 36 anos, as duas antigas Alemanhas ainda não formam um Estado uniforme.

O salário é um bom exemplo. Nos estados da antiga Alemanha Ocidental (capitalista), o salário mensal médio é hoje de 4.810 euros. Já nos estados que formavam a antiga Alemanha socialista, o salário é de 3.973 euros. O número de desempregados é outro indicador da desigualdade. Nos estados da antiga Alemanha Ocidental, a taxa é de 5,7% de desempregados, enquanto ela é de 7,5% nos estados orientais. A diferença dos PIBs per capita é ainda mais impressionante. No Oeste, 54.162 euros, e no Leste, 37.711 euros. O envelhecimento da população é outro indicador que denota a baixa atividade produtiva do Leste em contraste com o Oeste.

Essas disparidades entre Estados alemães é perigosa. O permanente descontentamento da população da antiga Alemanha socialista é caldo de cultura propício à criação de partidos políticos saudosistas, que se aproveitam da insatisfação para se implantar e florescer. O AfD, partido da extrema direita xenófoba e neonazista, professa ideologia nacionalista, excluente, antieuropeia e anti-imigração. A cada nova eleição, tem plantado raízes cada vez mais profundas na antiga Alemanha comunista. Eis o exemplo de um movimento que, a continuar crescendo, periga balançar a democracia alemã.

Herr Merz é primeiro-ministro há somente seis meses. Além das dores de cabeça causadas por uma Ucrânia invadida pela Rússia e das contrariedades do dia a dia, o chanceler tem esse problema de conduzir duas Alemanhas que se entendem, mas não se comprehendem. Ele não quer passar para a história como aquele que facilitou a volta do nazismo a seu país.